

SIMPÓSIO 38

Modalidade de Realização:

Presencial

Simpósio:

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Eixo Temático:

9 - Direitos Humanos e Justiça;

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Carla Regina Nunes Santos Reis

Vinculação Institucional: Universidade Federal do Tocantins/Escola Superior da Magistratura Tocantinense

Resumo Curricular: Doutoranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), onde também obteve o título de Mestre na mesma área. Bacharel em Direito e graduada em Jornalismo, é servidora efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), com atuação no sistema de justiça e experiência em demandas relacionadas ao acesso à justiça e à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. Desenvolve pesquisas na interface entre Direito, Saúde e Direitos Humanos, com ênfase na judicialização da saúde e nos impactos psicossociais da espera judicial. Também realiza pesquisas e ações voltadas à conscientização e à promoção de direitos fundamentais junto a populações vulnerabilizadas.

Nome do Coordenador 2: Clodoaldo de Souza Moreira Júnior

Vinculação Institucional: Universidade Federal do Tocantins/Escola Superior da Magistratura Tocantinense

Resumo Curricular: Doutorando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre na mesma área pela UFT. Bacharel em Direito pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins (FIESC). Possui extensão universitária em Gestão do Judiciário pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) e pós-graduação lato sensu em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Atualmente é Oficial de Justiça Avaliador no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), com atuação na área jurídica e experiência no sistema de justiça.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

A judicialização da saúde consolidou-se como um dos principais mecanismos de acesso ao direito fundamental à saúde no Brasil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e insuficiência das políticas públicas. Nesses cenários, o sistema de justiça assume papel central



na garantia de tratamentos, medicamentos e procedimentos indispensáveis à preservação da vida.

Essa centralidade, contudo, revela tensões entre a efetivação de direitos e os limites institucionais da atuação judicial. A crescente demanda por respostas jurisdicionais em matéria de saúde evidencia desafios relacionados à equidade, à gestão de recursos públicos e à capacidade do sistema de justiça de lidar com demandas complexas e urgentes.

Para além das dimensões normativas, a judicialização insere-se em realidades marcadas por desigualdades sociais, nas quais indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade recorrem ao Judiciário como última alternativa para acessar direitos básicos.

Nesse contexto, o simpósio propõe reunir pesquisas que abordem a judicialização da saúde sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, com ênfase em: (i) desafios contemporâneos do sistema de justiça; (ii) impactos sociais e institucionais da judicialização; (iii) relação entre vulnerabilidade social e acesso à justiça; e (iv) experiências e propostas de aprimoramento das respostas institucionais.

Busca-se fomentar o diálogo interdisciplinar entre Direito, Saúde e Ciências Sociais, acolhendo contribuições teóricas, empíricas e aplicadas que contribuam para a compreensão crítica e o aprimoramento das práticas relacionadas à judicialização da saúde no Brasil.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)
Inglês (X)

SYMPOSIUM

Modality:

In-person

Symposium:

THE JUDICIALIZATION OF HEALTH IN CONTEXTS OF SOCIAL VULNERABILITY:
CONTEMPORARY CHALLENGES FOR THE JUSTICE SYSTEM

Thematic area:

9 – Human Rights and Justice;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Carla Regina Nunes Santos Reis

Institution: Federal University of Tocantins (UFT)/ Federal University of Tocantins (UFT)

Curricular Summary: PhD candidate in Judicial Services and Human Rights at the Federal University of Tocantins (UFT), where she also obtained her Master's degree in the same field. She holds a Bachelor's degree in Law and a degree in Journalism, and is a tenured public servant at the Court of Justice of the State of Tocantins (TJTO), with professional experience in the justice system and in cases related to access to justice and the protection of vulnerable populations. Her research lies at the intersection of Law, Health, and Human Rights, with a focus on the judicialization of health and the psychosocial impacts of judicial delays. She also develops research and initiatives aimed at raising awareness and promoting fundamental rights among vulnerable populations.

Name of Coordinator 2: Clodoaldo de Souza Moreira Júnior

Institution: Federal University of Tocantins (UFT)/ Federal University of Tocantins (UFT)

Curricular Summary: PhD candidate in Judicial Services and Human Rights at the Federal University of Tocantins (UFT). He holds a Master's degree in the same field from UFT and a Bachelor's degree in Law from the Integrated Faculty of Higher Education of Colinas do Tocantins (FIESC). He has completed an extension program in Judiciary Management at the Educational Faculty of Lapa (FAEL) and holds a lato sensu postgraduate degree in Public Law from the Superior School of the Judiciary of Tocantins (ESMAT). He currently serves as a Judicial Officer (Process Server and Appraiser) at the Court of Justice of the State of Tocantins (TJTO), with professional experience in the justice system.

Line(s) of discussion (symposium description):

The judicialization of health has become one of the main mechanisms for accessing the fundamental right to health in Brazil, especially in contexts of social vulnerability and insufficient public policies. In such scenarios, the justice system assumes a central role in ensuring access to treatments, medications, and procedures essential for the preservation of life.



This centrality, however, reveals tensions between the realization of rights and the institutional limits of judicial action. The growing demand for judicial responses in health-related matters highlights challenges related to equity, the management of public resources, and the capacity of the justice system to address complex and urgent claims.

Beyond its normative dimensions, the judicialization of health is embedded in realities marked by social inequalities, in which individuals and groups in vulnerable situations resort to the judiciary as a last alternative to access basic rights.

In this context, the symposium aims to bring together research addressing the judicialization of health from different theoretical and methodological perspectives, with emphasis on: (i) contemporary challenges faced by the justice system; (ii) social and institutional impacts of judicialization; (iii) the relationship between social vulnerability and access to justice; and (iv) experiences and proposals aimed at improving institutional responses.

The symposium seeks to foster interdisciplinary dialogue among Law, Health, and Social Sciences, welcoming theoretical, empirical, and applied contributions that enhance critical understanding and the improvement of practices related to the judicialization of health in Brazil.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)